

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/35639	47261/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DOM - UAC [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na presente informação técnica.

ORGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR: Câmara Municipal de Braga

CONCURSO PÚBLICO N.º CPE.35.25.DMOSM

PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO POR CONCURSO PÚBLICO.

Contratação: Empreitada de "REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO PÓPULO E VIAS ENVOLVENTES".

Vocabulário CPV: 45453000-7 - Obras de revisão e recuperação	Prazo máximo de execução: 300 dias	Preço Base: €2.604.968.02
---	---	--

Entidade adjudicante: Município de Braga, em conformidade com a alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do CCP.

Procedimento de formação de contrato de empreitada de obras públicas, por Concurso Público, em conformidade com a alínea b) do artigo 19.º; n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, e artigos 130.º a 148.º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Plataforma eletrónica: <https://www.vortal.biz/pt-pt> (vortalvision).

1. ENQUADRAMENTO



A operação “**Requalificação do espaço público e vias envolventes**” encontra-se contratualizada no Quadro de Investimentos Prioritários do Cávado, documento que integra o Plano de Ação do Instrumento Territorial Integrado (ITI) do Cávado, aprovado pela Comissão Diretiva do NORTE2030-FEDER, no OP2 – Norte, com fundo de financiamento no valor de 2.612.900,00€. Sendo esta uma premissa do contrato de financiamento, o fundo disponível, incluirá, e pressupõe, a execução de empreitada de requalificação da fachada do edifício público contíguo - Convento do Pópulo – sendo que proposta de abertura de procedimento concursal público relativo á empreitada referida será submetida à próxima reunião de executivo. Face às particularidades dos trabalhos que compõe as diferentes empreitadas, e pelo facto dos operadores de mercado potencialmente interessados nos procedimentos referidos, apresentarem obrigatoriamente diferentes posições de mercado, optou-se por dividir a mesma operação em duas distintas empreitadas, sem que se consubstancie este facto na distorção dos princípios de legalidade das regras dos procedimentos contratação pública, pois o somatório acumulado dos dois procedimentos não se consubstancia, per si, na necessidade de se recorrer a um diferente tipo de procedimento do aqui proposto.

O presente projeto visa, de forma genérica, a execução de obras de requalificação espaço público do Pópulo, cuja intervenção abrange o seguinte:

- Requalificação parcial da Via denominada de Praça de Conde de Agrolongo;
- Requalificação integral da Rua do Alferes Alfredo Ferreira;
- Requalificação integral do Espaço Público denominado por “Largo do Pópulo”.

1.1. Proposta de intervenção:

De acordo com a memória descritiva do projeto anexa.

1.2. Pareceres prévios vinculativos obtidos por parte de entidades externas:

- CCDDR-N – Unidade de Cultura – Ref.^a S-2025/642810 (C.S: 1754492)
- AGERE EM – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga

O projeto não carece de obtenção de outros pareceres prévios, licenciamentos ou autorizações necessárias, por parte de entidades externas ou internas, que possam condicionar o procedimento e a execução do contrato.

2. PROJETO DE APROVAÇÃO

Propõe-se abertura de procedimento concursal público ao abrigo da alínea b) do número 1 do artigo 19.º do CCP da redação do Decreto-Lei n.º 111-B/2017 31/08 alterado pela Lei n.º 30/2021 de 21/05 da alteração ao Código de Contratos Públicos – Concurso Público – com vista à execução da empreitada “**REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO PÓPULO E VIAS ENVOLVENTES**” a levar a efeito no espaço público do Pópulo e nas vias envolventes sita na UF São Lázaro e São João do Souro deste concelho, com valor base **2.604.968,02€ + IVA**.

Prazo de execução: **300 dias**

Repartição de encargos a considerar:

- Ano de 2025: **30.000 € + IVA**
- Ano de 2026: **2.574.968,02 € + IVA**



2.1. Dispensa de cumprimentos de exigências legais consideradas

2.1.1. Fundamentação para a não adjudicação por lotes

Pese embora o recurso à dispensa do dever de fundamentação consagrada no artigo 11.º da Lei n.º 30/2021 de 1 de maio que aprova as medidas especiais de contratação pública e matéria de projetos financiados por fundos europeus, parece-se absolutamente claro que, à semelhança de procedimentos semelhantes, que objeto global é tecnicamente e funcionalmente incindível, ou seja, não será possível considerar-se a adjudicar a execução dos trabalhos a diferentes entidades, pois, a interdependência operacional e técnica das diferentes especialidades inviabiliza determinadamente esta opção.

2.1.2. Fundamentação do preço base

Pese embora assumindo-se o recurso à dispensa do dever de fundamentação consagrada no artigo 11.º da Lei n.º 30/2021 de 1 de maio que aprova as medidas especiais de contratação pública e matéria de projetos financiados por fundos europeus, o Município suportou-se, no que concerne à determinação dos preços unitários e consequentemente do respetivo preço base global, em critérios objetivos, nos termos previstos no artigo 47º do CCP, designadamente por determinação dos custos médios unitários, resultantes de anteriores procedimentos, para prestações do mesmo tipo com a necessária adequabilidade dos mesmos às atuais condições de mercado e às condições técnicas implícitas à execução de cada tarefa.

2.1.3. Dispensa de revisão de projeto

A Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, aprova o conteúdo obrigatório do projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas, designadas «instruções para a elaboração», e a classificação de obras por categorias.

A revisão prévia do projeto de execução por entidade distinta do projetista encontra fundamento na salvaguarda da qualidade dos projetos e visa garantir uma maior eficácia na fiscalização dos seus custos e prazos.

O número 2 do artigo 43.º do Código de Contratos Públicos e o número 2 do artigo 18.º da Lei n.º 31/2009 de 3 de julho, impõe o dever de submissão do projeto de execução de obras públicas a revisão prévia por entidade devidamente qualificada para a sua elaboração, sempre que se verifiquem os pressupostos legais enunciados e que se prendem com a escala e complexidade da solução conceptual desenvolvida.

De facto, a revisão deve ser efetuada por entidade distinta do autor do referido projeto de execução quando estejam em causa obras públicas acima da 3.ª categoria ou cujo preço base seja, atualmente, superior a € 400 000,00.

Conscientes deste facto, no entanto,

O Decreto-Lei n.º 108/2024, de 18 de dezembro, veio estabelecer o regime que dispensa a revisão prévia do projeto de execução em projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus.

Este decreto, quando integrados em procedimentos de formação de contrato de empreitada de obras públicas que se destinem à execução de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus, designadamente pelo Plano de Recuperação e Resiliência – como é o caso – a entidade adjudicante pode determinar a dispensa da revisão prévia do projeto de execução, não dando, portanto, cumprimento à obrigação prevista no n.º 2 do artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos e no n.º 2 do artigo 18.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho. No entanto, essa dispensa



tem de ser fundamentada: deve a entidade adjudicante fazer acompanhar essa dispensa expressa – tem de constar expressamente da decisão de contratar – da demonstração da existência de risco de não conclusão da empreitada dentro do prazo previsto no caderno de encargos e, consequentemente de perda de financiamento, **total ou parcial**, com recurso a fundos europeus caso o projeto de execução seja objeto de revisão prévia.

O programa de financiamento prevê a necessidade de cumprimento de metas de execução até 2026, para garantir a faturação total do valor financiado sob pena de perda do montante de fundo que resulta da diferença entre as referidas metas e o montante acumulado de execução efetiva.

Nestes termos, e relativamente à fundamentação referida - sendo que esta esta acompanhará a proposta de abertura de procedimento a remeter ao órgão competente - estimando-se um prazo de desenvolvimento do procedimento concursal da empreitada de 45 dias e um prazo estimado de contratualização e execução da revisão de projeto em 3 a 4 meses, facilmente se constataria que o término da empreitada se desenvolveria para além da data-limite fixada e consequentemente a perda de financiamento.

2.2. Critério de adjudicação

Nos termos do número 1 do artigo 74.º do CCP, a adjudicação será garantida de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade de **multifator**, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores correspondentes a **2 (dois)** aspetos da execução do contrato a celebrar, **preço proposto e prazo de execução**.

Nos termos do artigo 139.º do CCP o modelo de avaliação das propostas será determinado através de modelo matemático.

- a) As propostas dos concorrentes serão apreciadas, analisadas e avaliadas e hierarquizadas por ordem decrescente de mérito.
- b) O mérito das propostas será aferido em função do critério de adjudicação constante do programa do procedimento, ou seja, critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade do multifator, por ponderação dos seguintes fatores:

Fatores	Ponderação	Total
Preço	70%	100%
Prazo de execução	30%	

- c) As operações de avaliação respeitarão o disposto no artigo 75.º do *Código dos Contratos Públicos*.
- d) Cada fator do critério de adjudicação será operacionalizado por intermédio de uma fórmula matemática que quantificará o impacto de cada proposta a ele subsumido.
- e) A valorização do **factor preço** será determinado por comparação dos preços apresentados com o intervalo de preços compreendido entre o preço base e o preço mínimo matematicamente possível de ser apresentado e que corresponde a €0,01 (um cêntimo);
- f) O fator preços será valorizado de 0 (zero) a 10(dez) correspondendo 0 (zero) a propostas de preço igual ao valor base do procedimento e 10 (dez) para propostas iguais ao preço mínimo previsto na alínea anterior.



g) A análise das propostas face à valorização do fator preço será operacionalizada pela subsunção das mesmas à seguinte fórmula matemática:

$$\text{Fator preço} = \left(1 - \frac{\text{preço proposto} - 0,01\text{€}}{\text{preço base} - 0,01\text{€}}\right) \times 10$$

h) A valorização do **fator prazo** será determinado por comparação do prazo proposto com o intervalo de prazo compreendido entre o prazo máximo de execução de todas as prestações que integram o objeto do contrato (300 dias de calendário) e o prazo mínimo possível de ser apresentado pelos concorrentes e que corresponde a 240 dias de calendário.

i) O fator prazo será valorizado de 0 (zero) a 1(um) correspondendo 0 (zero) a propostas de prazo igual ao prazo máximo de execução do contrato (300 dias) e 1(um) para propostas de prazo correspondente mínimo previsto no ponto 1 do presente artigo (240).

j) A análise das propostas em face do fator prazo será operacionalizada pela subsunção das mesmas à seguinte fórmula matemática:

$$\text{Fator prazo} = 1 - \frac{\text{Prazo proposto} - \text{prazo mínimo}}{\text{prazo máximo} - \text{prazo mínimo}}$$

k) A avaliação final das propostas será densificada por subjunção dos fatores à seguinte fórmula matemática.

$$\text{Avaliação} = \text{Fator preço} \times 0,7 + \text{fator prazo} \times 0,3$$

l) Conforme referido, as propostas serão ordenadas por ordem decrescente de mérito, ou seja, do maior para o menor valor resultante da avaliação, ou seja, da subjunção dos fatores à fórmula prevista na alínea anterior;

Caso se verifique a necessidade comparar e avaliar propostas que apresentem preços acima do valor base fixado - facto só possível nos termos previstos no n.º 6 do artigo 70.º do Código de Contratos Públicos - a avaliação das mesmas decorrerá nos mesmos termos previstos nas alíneas anteriores, embora com avaliação de sinal negativo, ou seja, ordenar-se-á as propostas de acordo com o critério de adjudicação (decrescente de mérito).

2.3. Pressupostos da adjudicação

2.3.1. Nos termos previstos no número 6 do artigo 70.º do Código de Contratos Públicos, na eventualidade de todas as propostas vierem a ser excluídas, o órgão competente poderá **adjudicar aquela que** - de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas pelo facto do preço contratual proposto seja superior ao preço base e desde que não excedam em mais de 20% o montante do preço base - **seja ordenada em primeiro lugar de acordo com os critérios de adjudicação**. Esta possibilidade, enquadrar-se-á no regime e pressuposto de exceção e de interesse público previsto no mesmo artigo, decorrente e associado ao risco de perda de financiamento caso não se verifique a adjudicação da empreitada.

2.3.2. Nos termos do artigo 292.º do Código de Contratos Públicos, deverá ser prevista a possibilidade do contraente público efetuar **adiantamentos de preço** por conta de prestações a realizar ou de atos preparatórios ou acessórios na percentagem máxima prevista na alínea a) do ponto 1 do referido artigo.



Por motivos de interesse público subjacentes ao processo de financiamento N2030, nomeadamente associada à perda parcial de financiamento, recorrer-se-á à, se necessário, ao regime de excecionalidade previsto no ponto 3 do artigo 292.º, ou seja, sejam efetuados adiantamentos sem que estejam reunidas as condições previstas no número 2 do mesmo artigo.

2.4. Regime de fiscalização prévia especial do Tribunal de Contas

Nos termos do artigo 17.ºA da Lei n.º 43/2024 de 2 de dezembro da alteração à Lei 30/2021 de 21 de maio, prevê-se que os contratos de valor superior a 950.000,00€ passem a ser eficazes e produzir todos os seus efeitos, incluindo financeiros, antes da decisão do Tribunal de Contratos.

3 – DECISÃO DE APROVAÇÃO:

Face ao supramencionado, e dado que a entidade adjudicante não dispõe de recursos próprios adequados à realização das prestações que integram o conteúdo essencial do contrato que se pretende celebrar, submete-se à consideração superior, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, a presente proposta que visa **autorizar e aprovar os termos da referida contratação**, propondo-se ainda o seguinte:

A não contratação por lotes, de acordo com o supramencionado.

2.1. Peças do procedimento

Aprovação das peças do procedimento a seguir identificadas:

- i. Programa do procedimento;
- ii. Caderno de encargos;
- iii. Porque o procedimento se destina à formação de um contrato de empreitada, o caderno de encargos é integrado por um projeto de execução, conforme impõe o artigo 43.º, n.º 1 do *Código dos Contratos Públicos*.

2.2. Parâmetros base

Os parâmetros base compreendidos no caderno de encargos, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos, são os seguintes:

1. O preço base do procedimento será de **€2.604.968,02 (dois milhões seiscentos e quatro mil, novecentos e sessenta e oito euros e dois cêntimos)**, ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor**, ** significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

2. Prazo máximo de execução da empreitada: **300 dias**

2.3. Prazo para apresentação das propostas

Para a apresentação das propostas, será fixado o prazo de **30 dias** a contar do envio para publicação do anúncio no *Diário da República***, **.

2.4. Designação do júri do procedimento

O Júri do procedimento, terá a composição a seguir indicada:

Membros efetivos:



Membros suplentes:

Que nas suas faltas e impedimentos o Presidente do júri seja substituído pelo membro efetivo: António Torres.

2.5. Gestor do contrato

A gestão do contrato, nos termos previstos no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, que assegurará o permanente acompanhamento da sua execução, será confiada ao **Eng. Rui Dias**, a desempenhar funções no Departamento Municipal de Obras Municipais, estrutura que, na entidade adjudicante, assegura a gestão funcional dos interesses a que o objeto do contrato visa responder.

2.6. Delegação de competências

Que ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 109.º do CCP, sejam delegadas no Júri ou nos serviços da Unidade de Apoio à Contratação, as seguintes competências:

- Proceder a todas as formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica, desde o início até à respetiva conclusão;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, nos termos do art.º 66.º do CCP;
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º e artigo 116.º ambos do CCP;
- Proceder às prorrogações do prazo, nos termos do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos;
- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos e respetivas notificações;
- Proceder ao envio de todas as notificações necessárias ao procedimento.

2.7. Adjudicação da empreitada

A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade de **multifator**, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores correspondentes a **2 (dois)** aspetos da execução do contrato a celebrar, **preço proposto e prazo de execução**, de acordo com o definido no ponto **2.2. (Critério de adjudicação)**.

Em caso de empate no valor das propostas, o desempate será efetuado por sorteio, pelo júri do procedimento, na presença das entidades interessadas.



2.8. Cabimento orçamental

Para os devidos efeitos, junta-se a informação de cabimento n.º 97911, emitido em 03/09/2025.

3. Declaração de inexistência de conflitos de interesses

De modo a assegurar a isenção e a imparcialidade e ainda prevenir situações de favorecimento no presente procedimento, todos os signatários da presente proposta ficam automaticamente vinculados à declaração de inexistência de conflitos de interesses (DICI_Portaria n.º 185/2024-1 de 14 de agosto), em anexo.

Braga, 4 de novembro de 2025

Pelos Serviços da DMOSM/DOM/UAC,

Em anexo à presente proposta:

- Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses _Portaria n.º 185/2024-1 de 14 de agosto.

Em anexo nos documentos do processo:

- Cabimento; Programa do Concurso; Caderno de encargos; Projeto de execução.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



ANEXO

(a que se refere o artigo 2.º da Portaria n.º 185/2024/1 de 14 de agosto)

Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses

O Signatário, a desempenhar funções no Município de Braga, declara, sob compromisso de honra, que, na presente data, relativamente ao presente procedimento, respeitante à contratação pública – Empreitada **“REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO PÓPULO E VIAS ENVOLVENTES”**, não se encontra numa situação de conflito de interesses nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção, isto é, em situação em que se possa, com razoabilidade, duvidar seriamente da imparcialidade da sua conduta ou decisão, nos termos dos artigos 69.º e 73.º do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 24.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Mais declara, sob compromisso de honra, que se, no decurso do presente procedimento, vier a encontrar-se, ou previr razoavelmente vir a encontrar-se, numa situação de conflito de interesses, comunicará a situação ao superior hierárquico ou, na sua ausência, ao responsável pelo cumprimento normativo, nos termos do disposto no artigo 13.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção.

Braga, 4 de novembro de 2025

